

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CAMINHA

Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril

25 de abril de 2019

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Caminha,

Exmos.(as) Eleitos(as) da Assembleia Municipal de Caminha,

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha,

Exmos.(as) Vereadores(as) da Câmara Municipal de Caminha

Exmos.(as) Representantes dos Partidos Políticos

Exmos.(as) Representantes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia

Exmos. Convidados, Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas,

Exmos.(as) Representantes do Movimento Associativo

Saudação sempre Especial para os Bombeiros Voluntários de Vila Praia de
Âncora que nos acolhem neste tão emblemático Cineteatro,

Caros Munícipes do concelho de Caminha, dos Vales do Âncora e do Coura
Minho,

Comunicação Social

Minhas Sras. e Meus Srs. ...

Era a semente da esperança

feita de força e vontade

era ainda uma criança

mas já era a liberdade.

Assim nos falou José Carlos Ary dos Santos, numa expressão poética do amanhecer de Portugal de há 45 anos. A liberdade de se afirmar, de falar, de se defender, de discordar, de se associar, de decidir, de aprender, de apreciar, de viver e de morrer em paz.

Parece estranho aos olhos de agora imaginar um povo tão triste, um povo tão pobre, um povo tão vitimado pelas cordas fascistas de uma governação autoritária, autocrática e impiedosa, castradora das vontades populares e repressiva na subjugação das populações. Uma ditadura de índole fascista, capaz de deportar os seus e submetê-los a torturas, levando-os à própria morte. Uma ditadura que encobria os atos cobardes de abuso de poder, de prisões avulsas e sumárias, de julgamentos sem defesa e de atropelos aos direitos, liberdades e

garantias que hoje assumimos como essenciais e sem as quais não poderíamos viver.

Esses mesmos direitos, liberdades e garantias com que nasceram os filhos de Abril e que por isso lhes deve ser lembrado como um punhado de soldados, liderados por outro punhado de capitães, ousaram desfazer um regime que sobreviveu do silenciamento da população e do país, impedindo o seu desenvolvimento.

A madrugada que hoje celebramos não esquece os pensamentos que assolaram os homens da madrugada, os receios que desafiaram ao rumarem a Lisboa convictos de empreenderem uma viagem sem retorno e conscientes de que a sua vida era também a vida de cada português, de cada camarada, de cada trabalhador!

A madrugada que hoje celebramos tão pouco esquece os que lutaram na clandestinidade, ao arrepio de pides e bufos, não deixando de informar o povo português, de criar e fazer da arte uma arma, dando prova além fronteiras das agruras vividas em Portugal.

A liberdade que hoje celebramos recorda o Povo e o MFA unidos, empenhados em construir um futuro melhor, mais digno, mais instruído, mais

desenvolvido e vivido em paz. Um futuro onde a igualdade descole dos livros e se traduza na vida de cada português. Um futuro onde os princípios e conquistas de Abril se reforcem negando todas as tentativas de usurpação de poder e de exploração do homem pelo homem.

Um futuro que reconhece as profundas transformações revolucionárias de Abril, nas que contamos: **o regime democrático em que vivemos**, que nos dá a capacidade de decidir pelo voto os nossos desígnios; **o poder local democrático**, que hoje é motor de grandes progressos sociais; **os vastos direitos sociais e laborais**, como a livre organização sindical e o direito à greve; **a consagração, na lei, da igualdade entre homens e mulheres**; **o fim da guerra colonial**, libertando o país do peso e da marca de uma guerra injusta e cruel; **o direito à saúde**, com a posterior criação do serviço nacional de saúde; **o direito à educação**; **o salário mínimo nacional**, entre tantas outras conquistas que criaram uma nova realidade no país, abrindo uma perspetiva de desenvolvimento que a Constituição da República consagrou.

Por isso, a cada ano temos a obrigação de praticar a liberdade observando o uso que fazemos das conquistas de Abril. E nesse exercício sabemos ser inegável que hoje Portugal é um país melhor, um país que se orgulha e é exemplo no

mundo em domínios vários, como a saúde e a educação, a investigação científica e a tecnologia, provocando até a ira em tantos quantos, teimosamente, vivem o patriotismo no pragmatismo da desgraça. Um país que é também exemplo de democracia representativa e de soluções democráticas plurais, respeitando os princípios constitucionais e defendendo o povo, libertando-o das pesadas influências do capital, restituindo direitos e rendimentos à população.

Tal não significa que Portugal está como foi sonhado em 1974. Os retrocessos constitucionais e a subjugação ao diretório europeu impedem os avanços desejados. Os perigos à democracia espreitam de vários flancos, favorecidos pelo fluxo anárquico de informação, promotor do absentismo da crítica e da proliferação de falsas verdades. Confundem-se competências e fabricam-se líderes em direto. Ressuscitam-se nomes e criam-se heróis, havendo mesmo quem os veja na ditadura fascista que nos governou por 48 anos, e por vezes até em momentos de comemoração do 25 de Abril.

Esta é na verdade uma realidade com a qual a defesa de Abril deve contar. Com o passar do tempo e com a perda da memória vivida na primeira pessoa, são cada vez mais os que se dizem democratas condicionando a liberdade dos outros. Portugal não está imune à possibilidade de ascendência de forças políticas

extremistas de direita tal como é já visível noutros países da Europa. A União Europeia, que não é na verdade a Europa, derivou num diretório que prejudica a soberania nacional e é incapaz de promover a paz e a solidariedade. Coarta as opções políticas necessárias ao país, recebendo de alguns partidos nacionais a chancela para imposições e restrições orçamentais. Mas o país também revela opções erradas quando privilegia o diretório europeu e se subalterniza em detrimento do investimento na recuperação nacional e no melhoramento do nível de vida dos portugueses, dando continuidade ao investimento feito nos últimos quatro anos. O Programa de Estabilidade recentemente apresentado é disso um exemplo, dando mais crédito às imposições europeias sobre as metas do défice ou da dívida pública, levando o país para um investimento público em 2023 inferior ao de 2010.

Mas não serão estas opções erradas que farão esquecer os fortes avanços trazidos ao país ao longo de 45 anos de democracia e de 43 anos de uma constituição progressista.

Em ano de eleições, começando pelas Europeias, a 26 de maio, seguindo-se as Legislativas, a 6 de outubro, reservando-se ainda o mês de setembro para a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, é prudente

fazer valer os valores de Abril e garantir que o voto popular é dado em benefício dos trabalhadores e do povo português.

Ao fim de 45 anos, o Abril que nos dá a capacidade de votar exige mais participação, convocando toda a população para se expressar, votando, não deixando margem para que outros decidam o nosso futuro. Não há eleições menores que não mereçam a participação de todos. Defender Abril é vivê-lo na plenitude das suas conquistas, e o voto é, seguramente, uma das maiores e a única capaz de eleger opções políticas que permitam a valorização dos direitos, dos rendimentos, dos salários, do aumento da produção nacional, da recuperação do controlo de setores estratégicos da economia, do aumento do investimento público em setores chave como a saúde, a educação, a segurança social, a cultura, ou mesmo a segurança e a justiça. Só votando, Abril se cumpre e a democracia vence.

Portugal precisa de avançar no caminho de Abril. E avançar no caminho de Abril é manter esta ação constante e determinada, em todos os combates, por um futuro melhor. Este avanço expressa a força com que Portugal e os Portugueses resistem aos ataques sucessivos às realidades concretas de Abril que nunca conseguiram liquidar os seus valores, particularmente a confiança que

permanece na luta dos trabalhadores e do povo. É também aí, nas classes trabalhadoras e nas comemorações do 1º de Maio que se aproximam, que Abril se afirma. O Abril revolucionário que trouxe aos trabalhadores dignidade e direitos, justiça laboral e igualdade. O Abril da liberdade que aspira por maiores avanços nas políticas para famílias trabalhadoras. O Abril que abraça a luta dos trabalhadores pela justo reconhecimento do tempo de trabalho, combatendo apagões e congelamentos. O Abril que trouxe os trabalhadores para rua depois de 48 anos de arbitrariedades e abusos.

Mas o Abril que hoje nos traz aqui, é o Abril do Poder Local Democrático, tal como foi concebido na Constituição e que provou ser uma das mais importantes, duradouras e consensuais realizações da democracia portuguesa, de tal forma que hoje esse reconhecimento é transversal às várias forças políticas.

O Poder Local instituído em Portugal, assente na eleição democrática, num processo de representação proporcional e assumido na participação plural das várias correntes políticas e de grupos de cidadãos nos órgãos autárquicos, tem sido um importante valor democrático que tem contribuído para o desenvolvimento dos níveis de bem-estar e de qualidade de vida das

comunidades locais, com maiores disponibilidades urbanas, salubridade, mobilidade e acessibilidades.

As enormes transformações sociais operadas na melhoria das condições de vida das populações são inseparáveis das características profundamente democráticas que a revolução de Abril trouxe ao Poder Local.

Mas este mesmo Poder Local vive a braços com o processo de descentralização que se materializa em transferências de competências para os municípios. Transferências que por um lado procuram desresponsabilizar o Estado das suas obrigações e que se podem tornar fontes de insustentabilidade para os municípios. Transferências que, a par da última reforma administrativa, afastam o princípio constitucional da regionalização. Transferências que se diluem entre municípios e Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, e que parecem reservar migalhas aos órgãos autárquicos de Freguesia ou Uniões de Freguesia.

Se o Poder Local já se ressentia no plano dos recursos financeiros, cada vez mais escassos e com a sistemática fuga ao cumprimento da Lei das Finanças Locais, o processo de transferência de competências sem os correspondentes meios financeiros, apenas agudiza mais a situação. Este é na verdade um processo

de transferência de encargos travestidos de descentralização, que converge na desvalorização do Poder Local.

Espera-se por isso que o Poder Local consiga dar a resposta necessária, o que não tem acontecido de forma uniforme no país. O município de Caminha é um exemplo de aceitação de algumas competências, contrariamente ao que o PCP, no quadro da sua intervenção na CDU, defende. Mas tal não nos impede de reconhecer outras conquistas do município para os territórios do Vale do Âncora e do Coura-Minho. No espírito das conquistas de Abril, o município reforçará o investimento na educação, gerando novas disponibilidades e melhorando as condições de acesso ao ensino, elevando assim os padrões de qualidade. O município de Caminha tem sido igualmente capaz de mobilizar o movimento associativo, cultural, desportivo, educativo e formativo, em torno dos interesses da comunidade, fazendo eco da liberdade de participação e associação que Abril conquistou.

Por isso, 45 anos depois continuaremos a dizer que valeu a pena.

Valeu a pena a saída dos quartéis.

Valeu a pena “a madrugada” que Sophia “esperava”.

Valeu a pena resistir aos 48 anos de ditadura.

Valeu a pena conquistar a sociedade que hoje temos.

Valeu a pena lembrar 45 vezes, por 45 anos, que o Povo esteve com o MFA.

Porque valeu a pena, não hesitamos:

VIVA O 25 DE ABRIL!

VIVA O CONCELHO DE CAMINHA!

VIVA PORTUGAL!

| Vila Praia de Âncora, 25 de abril de 2019 | Joaquim Celestino Ribeiro | CDU - Coligação Democrática Unitária |